

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2019

e-mail de contato: controleinterno@caibi.sc.gov.br

I - Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da(s) unidade(s) jurisdicionada(s)

No Município, o Sistema de Controle Interno apresenta o seguinte tipo de estrutura: Uma unidade, única para todos os Poderes: existe apenas um Órgão Central de Controle Interno responsável pelo Controle Interno nos Poderes Executivo e Legislativo.

A unidade de Controle Interno está subordinada à seguinte estrutura organizacional: Chefe do Poder Executivo - Prefeito(a)

O ato normativo que organiza a estrutura do órgão de Controle Interno é o seguinte: <http://www.leislacaomunicipal.com/leis.php?municipio=82940776000156&lei=LC%20005/02&arqtexto=02029>

A unidade conta com o seguinte quantitativo de pessoal: 0 Servidores efetivos nomeados exclusivamente para atividades de Controle Interno; 0 efetivos de outras áreas que recebem função ou gratificação para o exercício de atividades de Controle Interno; 1 Servidores que ocupam exclusivamente cargo em comissão; 0 Servidores temporários e 0 estagiários.

No exercício em análise, em algum momento a unidade ficou sem acompanhamento do Controle Interno? Sim. 05/06/2019 - 23/06/2019. Pedido de demissão da servidora

Os procedimentos de controle realizados foram os seguintes: Orientações aos gestores acerca de normas, procedimentos, etc; Acompanhamento do envio de dados e informações ao e-Sfinge; Exame de prestações de contas de diárias; Exame de prestações de contas de adiantamentos; Verificação do cumprimento de decisões do TCE/SC; Orientação dos responsáveis pela unidade acerca dos princípios da economicidade, eficiência, eficácia e/ou efetividade;

Os seguintes sistemas são informatizados:

- **Sistema de controle patrimonial:** Parcialmente informatizado
- **Sistema de almoxarifado:** Parcialmente informatizado
- **Sistema informatizado de planejamento orçamentário:** Totalmente informatizado

Em relação à efetividade, avalia-se os itens seguintes com base nas ações do Sistema de Controle Interno do Município:

Se o controle interno possui acesso a informações e sistemas necessários ao exercício das atribuições funcionais: **Bom**

Se a definição do objeto e a condução de procedimentos de fiscalização por parte do controle interno não depende dos gestores: **Bom**

Se os resultados das ações do Controle Interno são utilizados como fatores relevantes para a implantação de melhorias: **Razoável / Satisfatório**

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2019

Se, no caso de inconformidades, ocorre encaminhamento condizente com a situação encontrada:

Bom

Se há Participação do Controle Interno em situações do cotidiano da gestão no sentido de buscar práticas adequadas e evitar inconformidades: **Fraco**

Se as rotinas de análises (fiscalizações internas) são definidas periodicamente com base em critérios de materialidade, relevância e risco e formalizadas documentalmente em um plano de atuação: **Inexistente**

Se os procedimentos de fiscalização são arquivados e mantidos por no mínimo 5 anos para consulta de possíveis interessados: **Excelente**

Se todos os encaminhamentos dos resultados de ações fiscalizatórias ou de orientação são formalmente documentados, ficando uma cópia disponível para atestar formalmente a atuação:

Bom

Se as informações relevantes para a unidade são devidamente identificadas, documentadas, armazenadas e comunicadas tempestivamente às pessoas adequadas: **Bom**

II - Resumo das atividades desenvolvidas pelo órgão de controle interno

Foram realizados apontamentos do Controle Interno à(s) unidade(s) sob seu controle durante o exercício? Sim

Unidade gestora em que apontamento foi realizado	Assunto	Valor em risco	Quais foram as recomendações do Controle Interno para a solução da situação?	Quais foram as providências tomadas pelo setor responsável?
Fundo Municipal de Saúde Fundo Municipal de Saúde Fundo Municipal de Saúde Fundo Municipal de Saúde Prefeitura Municipal de Caibi Prefeitura Municipal de Caibi	Servidor com remuneração superior ao prefeito Desvio de cargo/função Adiantamento para pagamento de despesas com motoristas Adiantamento concedido para custear despesas com motoristas Notificação de alerta de despesa com pessoal do executivo do 1º e 2º quadrimestre de 2019	3300,00	Que a lei seja cumprida em sua integridade Que o caso seja analisado e as devidas providências sejam tomadas para que o servidor passe a exercer a função no cargo que foi lotado Que a análise seja executada de forma correta, antes de realizar a prestação de contas Conferência de	Redução do salário do servidor Aguardando processo administrativo para possível readaptação do servidor Realizada conversa com servidores e impostas regras verbalmente. Realizada Instrução Normativa regulamento os adiantamentos dos servidores

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2019

	Devolução de diária por não ter sido efetuada a viagem		horários e preenchimento de documentos fiscais, especificação de acréscimos e ou extras e ser analisado o tipo de refeição como café, almoço ou janta antes de efetuar a prestação de contas Obedecer as vedações previstas na Lei complementar 101/2000. Devolução dos recursos junto a tesouraria municipal	Mantida cautela para obedecer os limites legais previsto em lei. Servidora efetuou a devolução dos recursos
--	--	--	---	--

Foram realizadas comunicações formais a outras unidades de controle ou unidades gestoras? Sim

Houve alguma dificuldade para obter informações e documentos para a realização de seus trabalhos? Não.

Em relação à gestão de riscos:

- Os objetivos e metas da(s) unidade(s) sob controle desta unidade estão **Inexistente** formalizados;
- Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventários de bens e valores de responsabilidade da(s) unidade(s)? **Parcialmente**;

Sobre a execução orçamentária e contábil:

Não ocorreram irregularidades na Verificação da correspondência das informações contábeis no sistema informatizado do município e Sistema e-Sfinge;

Necessidade de melhorias práticas (sem afronta a norma legal) na Análise dos procedimentos afetos à concessão e análises da prestação de contas de diárias;

Necessidade de melhorias práticas (sem afronta a norma legal) na Análise dos procedimentos afetos à concessão e prestação de contas de subvenções, auxílios e contribuições, bem como a observância da Lei 13.019/2014 e IN TC-14/2012;

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2019

Não foram realizados procedimentos na Análise da existência de metas físicas coerentes no PPA e aderência com LDO e LOA;

Não foram realizados procedimentos na Verificação dos procedimentos adotados na liquidação e pagamento de obras públicas (análise de memoriais de projetos, laudos, vistorias in loco);

Não foram realizados procedimentos na Análise de procedimentos afetados à gestão patrimonial (registros contábeis, sistemas de controle, localização física, etc);

III - Relação das irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo

Foram constatadas irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo ao erário? **Não**

Nome da(s) Unidade(s)	Ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico	Valor do dano	Medidas implementadas com vistas ao pronto ressarcimento	Avaliação conclusiva sobre as justificativas apresentadas pelos responsáveis	Nome ou CPF dos responsáveis

Avaliação conclusiva: avaliação do Controle Interno acerca das justificativas apresentadas pelos responsáveis.

IV Das Tomadas de Contas Especiais instauradas

Há Tomadas de Contas Especiais instauradas? Não

Número da Tomada de Contas Especial	Causa da Tomada de Contas Especial	Data de Instauração da T.C.E.	Comunicação e encaminhamento ao Tribunal de Contas, se for o caso	Resultado ou status do andamento da Tomada de Contas Especial	Valor da Tomada de Contas Especial

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2019

--	--	--	--	--	--

V - Avaliação das transferências de recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos congêneres

Foram transferidos recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos congêneres? **Sim**

Unidade Gestora em que convênio foi firmado	Tipo de instrumento	Número do Instrumento	Objeto	Volume de recursos transferidos	Situação da análise da prestação de contas do instrumento
Prefeitura Municipal de Caibi	Termo de Fomento	001/2019	Formalização de parceria	159.209,68	Foram realizadas
Prefeitura Municipal de Caibi	Termo de Fomento	002/2019	entre o Município de Caibi e a	23.374,58	umas parcelas com pareceres regulares e
Prefeitura Municipal de Caibi	Termo de Fomento	003/2019	Associação da Casa Familiar Rural São Domingos de Caibi para	49.978,75	outras om ressalva
Prefeitura Municipal de Caibi	Termo de Fomento	004/2019	formação de técnicos em agricultura com a metodologia da pedagogia da alternância	13.037,89	Regular
Prefeitura Municipal de Caibi	Termo de Fomento	001/2019	Formalização de parceria através de	507.603,35	Foram realizadas
Prefeitura Municipal de Caibi	Termo de Fomento	1793/2001 e	Termo de Fomento entre o Município de Caibi e a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Caibi para prevenção do câncer de mama, cólon do útero , pele bem	329.380,13	umas parcelas com pareceres regulares e
Prefeitura Municipal de Caibi	Termo de Fomento	2.496/2017		170.000,00	outras om ressalva
Prefeitura Municipal de Caibi	Convênio	001/2019		25.000,00	Regular
Prefeitura Municipal de Caibi	Lei Municipal	2.579/2019			Regular
Prefeitura Municipal de Caibi	Lei Municipal				Foram realizadas
Fundo Municipal de Saúde	Lei Municipal				umas parcelas com pareceres regulares e
Fundo Municipal de Saúde					outras om ressalva
Prefeitura Municipal de Caibi					Regular
Prefeitura Municipal de Caibi					Foram realizadas
Prefeitura Municipal de Caibi					umas parcelas com pareceres regulares e
Prefeitura Municipal de Caibi					outras om ressalva
Prefeitura Municipal de Caibi					Prestação de contas em andamento
Prefeitura Municipal de Caibi					Prestação de contas em andamento

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2019

			como outras patologias Formalização de parceria através de Termo de Fomento entre o Município de Caibi e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) para atender pessoas com deficiência intelectual e múltiplas nas áreas da Saúde, Educação e Assistência Social Formalização de parceria através de Termo de Fomento entre o Município de Caibi e o Grupo de Escoteiros Folhas Verdes para auxiliar na formação do caráter das crianças e jovens Caibienses e para manter ativa a funcionalidade do grupo Repasse de recursos financeiros a título de contribuição para		
--	--	--	--	--	--

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2019

			<p>manutenção da entidade pela prestação de serviços beneficentes. Repassar recursos financeiros ao Hospital Beneficente São José de Caibi exclusivamente para custeio dos plantões médicos realizados a noite, feriados e finais de semana</p> <p>Formalização de parceria através de Termo de Colaboração entre o Município de Caibi e a Câmara de Dirigentes Lojistas -CDL para seleção de 01(um) projeto que contemple a realização da ornamentação no período pré-natalino e o desenvolvimento das festividades do Natal 2019</p> <p>Repassar recursos financeiros para Câmara de Dirigentes Lojistas -CDL para auxiliar na</p>		
--	--	--	--	--	--

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2019

			Premiação da Promoção Compra Premiada 2019		
--	--	--	--	--	--

VI - Avaliação dos processos licitatórios realizados pela Unidade Jurisdicionada

Foram avaliados processos licitatórios pelo Controle Interno? Não

Critérios de seleção utilizados para a avaliação dos processos de licitação:

Número do Processo de Licitação	Modalidade de Licitação	Tipo de Licitação	Valor estimado de contratação	CPF ou CNPJ do Contratado	Descrição dos indícios de irregularidade, se houver

Sobre as licitações e contratações da unidade, avalia-se:

- Controle quanto às justificativas da contratação, considerando se a necessidade está alinhada aos planos do órgão contratante (metas do Plano Plurianual), e se a oficialização da demanda foi feita pelo beneficiário da solução a ser contratada;
- Controle acerca da descrição do objeto, quanto à solução escolhida (se embasada em estudos técnicos preliminares), e ao nível de detalhamento dos requisitos necessários e das especificações técnicas;
- Controle acerca das quantidades a serem adquiridas, verificando a existência de memórias de cálculo e respectivos documentos e informações de suporte, e se estão apensados aos autos do procedimento licitatório;
- Controle acerca da estimativa do preço, verificando se a pesquisa de preços realizada pelo setor competente reflete a realidade de mercado, e se está apensada aos autos do procedimento licitatório;
- Controle acerca das dispensas de licitação por valor, visando a evitar o fracionamento de

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2019

despesas:

- Controle acerca da identificação das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, e a correlação com as exigências de qualificação técnica previstas no edital:
- Controle quando à designação do fiscal do contrato, mediante designação formal e com definição das suas atribuições:

VII - Avaliação da gestão de recursos humanos

Foram realizados procedimentos de fiscalização relacionados à gestão de pessoal? Não.

Procedimentos realizados:

..
..
..

Avalia-se a gestão de recursos humanos da(s) unidade(s) da seguinte maneira:

- Efetividade do sistema de frequência de servidores (Ponto Eletrônico ou manual):
- Controle de horas extras pelos gestores:
- Atuação dos comissionados exclusivamente em atividades de Direção, Chefia e Assessoramento:
- Realização de cursos de capacitação pelos servidores:
- Verificação dos procedimentos de avaliação periódica de desempenho dos servidores:
- Avaliação quanto aos programas de treinamento e capacitação dos servidores:
- Verificação da concessão das verbas que integram a folha de pagamentos:
- Verificação quanto à realização de avaliação de servidores em estágio probatório:
- Verificação quanto à reavaliação periódica dos servidores aposentados por invalidez vinculados aos Regimes Próprios de Previdência Social:
- Verificação quanto à regularidade dos afastamentos dos servidores (licenças):
- Verificação quanto à regularidade das acumulações de cargos, empregos e funções públicas:
- Verificação quanto às ocorrências relacionadas a desvio de função na área de pessoal:
- Conciliação dos valores depositados aos servidores com os valores constantes na folha de pagamento:

VIII - Avaliação do cumprimento, pela unidade jurisdicionada, das determinações e recomendações expedidas pelo TCE/SC

Houve alguma determinação ou recomendação expedida pelo TCE/SC em relação à(s) unidade(s) jurisdicionada(s)? Sim

Tipo (Determinação ou	Número do Acórdão	Assunto da Decisão	Situação	Justificativa do Gestor, se houver
-----------------------	-------------------	--------------------	----------	------------------------------------

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2019

Recomendação)				
Ausência do Plano Diretor Formular instrumentos de planejamento e orçamentos públicos Adequações ao cumprimento dos aspectos da educação Recomendação itens I a IV relatório DGO Divulgação das prestações de contas	PCP 19/00183649 PCP 19/00183649 PCP 19/00183649 PCP 19/00183649 PCP 19/00183649	Plano Diretor PPA/PME Aspectos da educação Recomendação Divulgação das prestações de contas	Não Implementada Não Implementada Implementada Implementada Não implementada	Conforme recomendação colocará o assunto em discussão/estudo. Foi repassado ao responsável pelo planejamento para que organize as dotações compatíveis com as diretrizes do PME As crianças de 4 e 5 anos estão sendo atendidas, acreditasse que os dados para calculo dos percentuais estejam desatualizado - esta sendo realizado levantamento se possui alguma criança fora da sala de aula. Foram acatadas as recomendações e cumpridas Foi acatada e será cumprida

IX - Relatório da execução das decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob seu controle

Houve decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob controle desta unidade? Não

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2019

Nº do Acórdão ou Título Executivo	Data do Acórdão ou Título Executivo	Nome do responsável	Valor	Data da inscrição em dívida ativa	Situação do processo

X - Avaliação dos procedimentos adotados quando de renegociação da dívida com o instituto ou fundo próprio de previdência

Houve renegociação da dívida com Instituto ou fundo próprio de previdência? **Não**

Renegociação realizada, **se houver**:

- Instituto ou Fundo de Previdência:
- Valor do débito na data da renegociação:
- Critérios utilizados para atualização da dívida:
- Nº de parcelas a serem amortizadas na data da renegociação:
- Outras condições de pagamento pactuadas:

XI - Avaliação acerca da conformidade dos registros gerados pelos sistemas operacionais utilizados pelas entidades com os dados do e-Sfinge

Na avaliação desta unidade de controle interno, os registros gerados pelo sistema de contabilidade, orçamento e finanças encontram-se em conformidade com os dados disponíveis no Sistema e-Sfinge ? **Sim**.

Houve dificuldades para realizar o envio de dados ao e-Sfinge? **Não**.

XII - Outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 da Instrução Normativa TCE/SC 20/2015

Acima, foram elencadas outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 da Instrução Normativa TCE/SC 20/2015.